



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás, realizada na cidade de Campinas, em 17 de abril de 2008.

Realizou-se, no dia 17 de abril de 2008, às 17 horas, na Prefeitura Municipal de Campinas, na Avenida Anchieta, 200, Centro, Campinas–SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente-EIA/RIMA do empreendimento “**Plano Diretor de Dutos de São Paulo**”, de responsabilidade da **Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás** (Proc. SMA 13.853/2006). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, **Germano Seara Filho**, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Vicente Andreu, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Campinas –, do Poder Legislativo - na pessoa do Excelentíssimo Senhor Aurélio Cláudio, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Campinas –, dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “**Plano Diretor de Dutos de São Paulo**”, de responsabilidade da **Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás** (Proc. SMA 13.853/2006). Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o **Secretário-Executivo** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Silvia Romitelli. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Depois de **Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás**, apresentar um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar, **Gustavo de La Reza**, representante da empresa de consultoria Habitec, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil José Luis Vieira Miller, representante do Instituto Jequitibá-Campinas, declarou que suas dúvidas diziam respeito: 1) aos impactos que seriam produzidos em decorrência do traçado escolhido, cujas alternativas oferecidas não foram aceitas; 2) à recomposição de matas, como será feita; 3) às vantagens econômicas para o Município e para a Petrobrás; 3) à possibilidade de utilização da mão-de-obra



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

técnica existente no Município e região de Campinas; 4) à possibilidade de a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a Prefeitura do Município de Campinas encontrarem novos caminhos, haja vista que os impactos visíveis são grandes, e os benefícios até agora desconhecidos. Márcia Helena Correia, representante da Proesp-Campinas, manifestou-se nos seguintes termos: 1) repudiando a ação governamental que pretende dispensar trezentos agentes vinculados à Cetesb e, dessa maneira esvaziar este órgão ambiental com importante atuação em todo o Estado de São Paulo; 2) reiterando a reivindicação de que os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental-EIA/RIMA sejam elaborados pelo Poder Público, ou seja, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, os quais deveria ser mais precisos e mais sucintos para que sua leitura fosse acessível e possuísse uma melhor qualidade, uma vez que o RIMA sobre este empreendimento não contém as informações necessárias acerca do Município de Campinas, principalmente: a) sobre o impacto que irão receber, seus mananciais, como o Ribeirão Cachoeira, e suas áreas de preservação permanente; b) sobre a área em que será construído o traçado; c) sobre a APA de Souzas, ou seja, se ela sofrerá supressões parciais, o que, com certeza, favorecerá fragmentação dos remanescentes do bioma mata atlântica; d) sobre a ocorrência ou não de impactos positivos, como, por exemplo, o recebimento de energia; d) sobre os impactos relativos à poluição, os quais ultrapassarão a capacidade de suporte da bacia aérea existente. Maurílio da Silva, representante do Movimento Negro Unificado, questionou: 1) as vantagens que o Município de Campinas obterá com a passagem desses dutos, cuja precisa localização deveria ser esclarecida, uma vez que vários outros dutos da Petrobrás já atravessavam seu território e que nenhum benefício trouxeram a não ser a construção de um campo de futebol, os maus tratos existentes nas áreas que ele atravessava e a degradação de áreas de preservação permanente; 2) que, embora a Petrobrás falasse tanto sobre preservação ambiental deveria empenhar-se na luta pela legalização de terras de remanescentes de quilombos. Giselda Person, representante do Conselho Gestor da APA de Campinas, interveio nos seguintes termos 1) informando: a) que a entidade da qual fazia parte muito se esforçou para que fosse realizada mais essa audiência nesta cidade; b) que, no período entre a realização da primeira audiência neste Município e esta, se reuniu com representantes da Petrobrás não só para discutir algumas questões como também para fazer vistoria tanto na área por onde passará o duto como naquelas nas quais já foram implantados outros dutos; c) que a grande dúvida dizia respeito ao lugar onde seriam abertos mais dez metros, se isso ocorreria na direção Campinas-Paulínia-Guararema ou se em outra localização; d) que esse duto cortaria uma zona ambiental que ficava próxima à mata existente no entorno do Ribeirão Cachoeira; 2) questionando: a) onde ocorreriam as supressões de vegetação; b) a existência ou não de planos de recuperação de cuja implementação sua entidade pretendia participar; c) e a contrapartida que o Município teria. Dionete Santin, representante da Unicamp no Congeapa, perguntou: 1) se, nessa faixa de trinta metros dos quais vinte já foram ocupados, será aberta nova faixa para a passagem do duto; 2) se se encontrava explicitado em algum lugar o método que vai ser utilizado para implantação desses dutos, principalmente nas áreas onde há ocorrência de rochas. Ari Vicente Fernandes, vinculado à PUC-Campinas, comentou: 1) que o Plano Diretor de Dutos não estava completo, pois não possuía diagnóstico nem a história, por exemplo, através de imagens que mostrassem as condições existentes no Estado nos anos 50, quando a Petrobrás começou a implantar os dutos de óleo em seu território, e outras deste Município nos anos de 70, quando foi construída a Replan,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que exigiu, entre outras coisas, o desmembramento e a emancipação do ex-Distrito de José Paulino e atual Município de Paulínia, transformações estas que tinham como objetivo abrigar a refinaria; 2) que lhe causara perplexidade a informação ouvida de que não havia poluição atmosférica na região de Campinas, pois, como era sabido por todos, durante cinco anos, milhões de metros cúbicos do gás que vinha da Bolívia em excesso era queimado nesse Município, o que causava uma sobrecarga de ozônio – já detectada pela Unicamp em pesquisas feita –, o que deu lugar a alterações climáticas; 3) que não apareciam, nesse plano diretor, dados sobre o gás que, vindo do Norte, chegava à Replan de Cosmópolis e dali saía pelos dutos velhos da Petrobrás; 4) que não sabia por que não foi aproveitada a velha faixa dos anos 70, que trazia o óleo cru de Santos para os dutos que se dirigiam para Canoas, no Rio Grande do Sul, sangrando a região Sudoeste sem se fundamentar em nenhum EIA/RIMA, com a justificativa de que havia pressa para se implementar essa obra no final do século passado; 5) que quem morava em São Conrado e Souza sabia que essa faixa de dutos passava por esses bairros e também próximo da empresa Merck Sharp and Dome, cruzava a Rua Treze de Maio, passava no centro urbano de Joaquim Egídeo, levando óleo para abastecer, provisoriamente, a linha de gás que chegava no Rio de Janeiro; 6) que tudo que se pesquisava sobre o oleoduto dos anos 70, até hoje era considerado assunto de segurança nacional, ou seja, ao qual se aplicavam as restrições contidas no dispositivo promulgado em 1965, pelo regime militar, e que a Petrobrás continuava utilizando; 7) que a Petrobrás, a nova Petrobras e a refinaria, continuava, queimando gás e continuava produzindo ozônio e poluindo esta região, embora contenha nesse Plano Diretor de Dutos informações de que a poluição do ar era consequência da queima de gás feita pela Recap, localizada no Município de São Caetano, e que esse impacto será mitigado, porque a desativação desta refinaria reduziria a emissão de poluentes; 8) que, embora a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC estabeleça critérios para aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental, se fazia necessário que o Município de Campinas recebesse parte desses recursos para aplicá-los nos programas e ações sociais que visam minimizar os problemas causados, inclusive, pela interferência desses dutos em vários bairros da cidade de Campinas; 9) que trabalhou em Santos e teve o dissabor de presenciar o desastre ocorrido em Vila Socó, o maior acidente envolvendo oleoduto da história desse país e que esse plano diretor de Dutos de São Paulo poderia, pelo menos, fazer uma referência à memória das milhares de pessoas que se feriram e morreram nesse acidente; 10) que, no Córrego Boa Vista, há uns dois anos atrás, ao se fazer a manutenção, abriu-se um buraco que permitiu ver-se, claramente, que os canos ali enterrados eram velhinhos, ali estava desde 1970, e que corriam ao lado desse córrego; 11) que o RIMA era um pequeno catálogo de coisas alegre, com ilustrações bucólicas instruindo que os rios seriam transpostos por métodos não-destrutivos, subterrâneos, profundos, o que era maravilhoso, uma vez que neste Município dois velhos dutos transpunham vinte e três córregos e a gente detectou, na pesquisa que de campo feita, que, na transposição desses córregos, pelo menos em quinze deles elas não estavam sendo tecnicamente mantidas, e que a transposição de um desses córregos, a do Ribeirão do Pissarão, passava ao lado de uma área populacional densamente habitada, tratando-se, pois, de uma transposição perigosíssima; 12) que propunha fossem implementadas duas medidas de mitigação como também a criação de uma agência, de modo que a Petrobrás saísse um pouco do Rio de Janeiro, estabelecendo-se também nas regiões onde pretendia operar. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Alexandre Bigueti declarou que tinha uma preocupação que dizia respeito à quantidade de dutos que já atravessavam o território do Município de Campinas, principalmente no trecho da APA onde passavam duas linhas de gasodutos – Osplan, da Gascamp e da Gasbol –, e que não era sem razão que o Estudo de Impacto Ambiental, em suas últimas linhas, afirmava que os estudos qualitativos de identificação de perigos nas faixas apontaram para a necessidade de que fossem elaboradas análises mais detalhadas com objetivo de se quantificarem os riscos da operação desses dutos, e que, portanto, solicitava aos empreendedores fosse elaborada essa análise mais localizada, e menos regional e abrangente, o que igualmente deveria ser feito em relação às APAs. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente-Comdema deste Município. Ângela Podolski, representando do Comdema, depois de declarar que comparecera à audiência para defender a área envoltória do Ribeirão Cachoeira, chamou atenção para alguns aspectos envolvidos com os estudos realizados sobre este empreendimento e com o próprio empreendimento: 1º) que não conseguiu identificar no EIA/RIMA – talvez porque, como já havia sido declarado nesta audiência, esses estudos não facilitam a compreensão dos empreendimentos em seu todo – qualquer referência ao tombamento da mata existente no envoltório do Ribeirão Cachoeira, embora entendesse que esta vegetação se localizava dentro da área que seria diretamente afetada pelos dutos, o que era um dado importante, uma vez que Campinas era, hoje, uma das cidades do Estado de São Paulo com o menor índice de vegetação nativa; 2º) que a mata existente no entorno do Ribeirão Cachoeira, juntamente com aquela chamada de Santa Genebra, eram os dois principais e maiores fragmentos existentes no Município; 3º) que, levando-se em conta estas condições, se fazia necessário recuperar as áreas de preservação permanente existentes nessa região, cujos corredores são imprescindíveis para a sobrevivência da fauna, tornava imprescindível que essa vegetação fosse mantida e recuperada. Maila Iara Porto, presidente do Comdema do Município de Campinas, comentou: 1º) que parabenizava o Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Campinas, Vicente Andreu Guido, pela reivindicação de que se realizasse esta audiência, pela necessidade de tornar mais efetiva a participação da população no licenciamento desse projeto; 2º) que o legislador foi sábio ao antever que somente os técnicos, que, muitas vezes, moravam em outras regiões, e não naquela onde seria implantado o empreendimento, não tinham condição de conhecer, de modo minucioso e detalhado, a realidade de uma determinada região, motivo por que incluiu na legislação pertinente a realização de audiências públicas com a finalidade de ouvir as opiniões e contribuições fornecidas pela população durante este procedimento e, com base nelas, complementar e delimitar aqueles aspectos do projeto que forem considerados falhos; 3º) que igualmente constatou aspectos falhos no RIMA, os quais se deviam à superficialidade de algumas análises, sobretudo aquelas que diziam respeito à região de Campinas, precisamente no que dizia respeito aos mapas e aos dados e às informações históricas; 4º) que, em virtude da ausência de informações, pedia que fosse informado o prazo em que seriam executadas as obras, pois, embora desse relatório constasse a informação de que ela seria realizada em dois anos, não estava claro esse prazo incluía também o Município de Campinas; 5º) que, reforçando o pedido formulado por um participante que a antecedeu, solicitava fosse informada a metodologia que seria utilizada para a explosão de rochas, ou seja, se seria adotado algum tratamento acústico, visando reduzir esse impacto; 6º) que, com base nos protocolos efetivados pela Prefeitura do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Município de Campinas, um dos maiores problemas que a execução dessa obra enfrentará na região abrangida pela APA, não era só a erosão – que, confessava, havia sido resolvido pela Petrobrás, depois de muita insistência –, mas, também, a colocação das pedras, que constituíam um risco; 7º) que outro impacto importante era aquele que ocorreria na paisagem, uma vez que o cenário de vegetação seria substituído por um cenário de pedras, o que a levava a pedir esclarecimentos detalhados sobre as medidas que seriam adotadas visando à reintegração paisagística desse habitat, como também do gerenciamento geológico e geotécnico que será feito; 8º) que solicitava, também, que se esclarecesse se havia sido ou não elaborado plano de gerenciamento de risco e de emergências e se esses planos envolviam a comunidade, pois, embora se estivesse no século XXI, que pressupunha a ocorrência de uma revolução tecnológica e, conseqüentemente, métodos científicos aprimoradíssimos, os quais, embora tornassem mínimas as situações de risco, estas continuavam existindo, ou seja, continuava existindo a probabilidade de virem a ocorrer acidentes e desastres, e era fundamental que a população e fosse informada a esse respeito e, principalmete, sobre as maneiras como elas deveriam ser enfrentadas; 9º) que outro dado importante dizia respeito ao tempo de validade desses dutos, aspecto este que igualmente se relacionava diretamente com a segurança da população, principalmente dada à existência de outros dutos no território do Município desde as décadas de 60, 70, 80, os quais, enquanto estiverem funcionando em uma área de proteção ambiental, esta continuava sendo uma área de risco, cujo uso deveria ser controlado, motivo por que este impacto precisava ser muito bem-delimitado, valorado e devidamente compensado; 10º) que outro impacto que não mereceu a devida atenção e importância consistia na criação de expectativa e inquietação na população, sobretudo naquela que vivia nas circunvizinhanças da área onde seriam implantados os dutos, embora também sofressem esses impacto - que não foi considerado pelo RIMA – a população que residia em outros recantos cidade, para o que corroborava a falta da informação; 11º) que a maioria das falhas se devia à falta de comunicação por parte da Petrobrás – desconhecendo a população, por exemplo, qual o funcionário que tinha competência de falar em seu nome –, o que era incompreensível dado o porte dessa empresa que era motivo de orgulho nacional e estava se tornando uma potência mundial, principalmente ao se considerar que a divulgação de informações não era competência exclusiva dos profissionais de marketing e de relações públicas e que uma falha nesse campo era sinal de desrespeito ao cidadão, e que ou se estabelecia uma relação de mão dupla, de confiança e de transparência entre a empresa e a comunidade, e vice-versa, ou não haveria condições para uma convivência social madura, a qual se degradava como igualmente se degradava a relação com o meio ambiente, e que, por estes motivos, o Comdema do Município de Campinas recomendava à Petrobrás que mudasse urgentemente sua política de comunicação, pois esta empresa deveria, entre outras coisas, instalar um escritório ou departamento nesta região, até mesmo para que se configure o elo de continuidade no processo de negociação, embora esta empresa venha desenvolvendo nessa região diferentes projetos, 12º) que deveria ser tirada dessa audiência um documento-síntese - que pode ser a própria ata – que retratasse as posições e as opiniões aqui manifestadas, as quais deveriam ser levadas em conta ao ser apreciada a viabilidade ambiental desse projeto; 13º) que, em relação aos recursos destinados à compensação ambiental, sugeria que parte deles fosse destinada ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental no Município e à reestruturação e ao aparelhamento da estação ambiental; 14º) que sugeria, também, fosse criada a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Casa de Meio Ambiente que congregasse os conselhos municipais – o Congeapa e o Comdema – e o Coletivo de Educadores Sustentáveis, constituindo-se, desse modo, um local de intercâmbio e de troca de informações ambientais. Passou-se à fase das réplicas Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamento da Petrobrás, depois de agradecer todas as contribuições oferecidas, esclareceu: 1) que as audiências públicas, como era sabido, tinham a finalidade de apresentar o projeto à sociedade e colher subsídios para o seu aprimoramento; 2) que eram três as principais faixas que atravessavam o Município de Campinas; 2) que o duto que integrava o Plano Diretor de Dutos, possuía 18 polegadas e sua implantação se justificava pela necessidade era a desativação do circuito constituído pelo escoamento, a partir da Replan, de óleo combustível em direção ao Município de São Caetano onde recebia outras contribuições que vinham de outras refinarias e continuava se escoando em direção ao Porto de Santos, com vistas à exportação, e a implantação de uma outra rota; 3) que o Projeto Plano Diretor de Dutos utilizará um traçado já existente e, portanto, já implantado, e não uma nova faixa, pois aquela já licenciada medindo 30 metros não foi totalmente aberta em alguns segmentos; 4) que este projeto considerava a complementação da abertura dessa faixa até esses 30 metros e, igualmente, sua não completa utilização em áreas que contem com a presença de remanescente da mata atlântica ou floresta, o que será pontualmente examinado; 5) que, com relação às termoelétricas, tratava-se daquelas que já existiam, se encontravam em fase final de produção – pois este projeto não contemplava a construção de mais nenhuma outra – e possuíam uma capacidade de geração de energia elétrica que não se concretizava pela falta de gás, porque este produto não as alcançavam; 6) que a implantação desses dutos constituía uma necessidade, uma vez que eles superariam a interrupção que se verificava do escoamento de óleo combustível e, ao mesmo tempo, evitaria a circulação nas rodovias de aproximadamente 110 mil caminhões-tanque para transportar este produto, além de os dutos se constituírem na maneira mais segura e mais ambientalmente adequada de transporte de petróleo e derivados, razão por que eles eram utilizados no Mundo inteiro; 7) que a Petrobrás tinha em mãos uma lista de programas e projetos que foram por ela implantados, e que, só no Município de Campinas, ela investiu 0.5 milhão de reais na implementação de programas voltados para o desenvolvimento de atividades educacionais e voltadas para a cidadania – entre outros no projeto de Proteção da Ferrovia Maria Fumaça –, para formação musical, apoio à cultura e apoio ao menor assistido, e isso significava que a Petrobrás buscava realmente investir em projetos que contribuíssem para a melhoria da qualidade de vida da população, e ela tinha orçamento que a permitia oferecer esta contraparte; 8) que era segura a utilização completa da faixa e que esse plano se encontrava na fase de projeção da parte construtiva, cuja finalização deveria culminar na concessão ou indeferimento da licença ambiental prévia, após o que, se obtida esta licença, se ingressaria na fase de detalhamento, etapa em que seria considerada e esclarecida a maioria das questões abordadas nessa audiência, mas que, desde já assegurava, que seriam utilizadas as mais modernas técnicas e tecnologias disponíveis no mercado para construção desses dutos, o que permitirá a mitigação e/ou minimização dos impactos; 9) que igualmente seriam sanadas as falhas de comunicação apontadas; 10) que, com vistas a resolver algumas situações que requeiram o aval da comunidade, serão realizadas reuniões para esclarecimentos e que, se por acaso permaneça alguma dúvida, ela será elucidada antes da implantação do projeto; 11) que se duto passar pela lateral da faixa de 30 metros, algumas medidas serão adotadas, como, por exemplo, implantar o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

duto da esquerda para a direita ou vice-versa, a depender da situação, com uma distância do já existente da ordem de 3 metros, mas poderão surgir situações específicas cuja solução dependerão de detalhamentos; 12) que, no que se refere à remoção das rochas, existiam trechos em que o terreno era muito rochoso e, nessa situação, seriam adotados todos os cuidados e utilizada tecnologia adequada para tanto, inclusive a abertura da vala ou da faixa nesses trechos; 13) que o tempo de duração previsto para execução das obras do projeto como um todo seria aproximadamente dois anos, e, na região de Campinas, por se tratar de uma obra diferente da obra de um terminal, provavelmente poucos meses. Depois da apresentação de um vídeo, Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamento da Petrobrás, comentou: 1) que a Transpetro Petrobrás Transporte era responsável pela operação e manutenção da malha de dutos e terminais do país e esse centro de controle era novíssimo, pois fora construído há poucos meses, e que existia um outro centro de controle que começou a operar no início de 2000; 2) que as operações da Transpetro eram, anteriormente, descentralizadas, e essa operação centralizada, que utilizava, inclusive, tecnologia de satélite, aumentava as condições operacionais e de segurança dos dutos, e, portanto, constituía um avanço, e ela era utilizada pelas operadoras de duto no Mundo inteiro, operando a partir de centros de controle únicos, centralizados, que supervisionavam todas as pontas de todos os dutos e contavam com o apoio de outro centro – de back- up –, o qual era acionado caso acontecesse alguma coisa, como falta de energia ou outro qualquer problema; 3) que o monitoramento desses dutos ocorria em tempo real, não sofrendo a supervisão qualquer processo de descontinuidade, e este era um fator adicional de segurança dos dutos; 4) que a Transpetro dispunha de programa de integridade dos dutos que contemplava várias técnicas e várias ações, as quais garantiam a estabilidade da faixa, uma vez implantada, e que existia, portanto, um corpo de pessoas que tratavam dessas questões; 5) que, no que concernia à corrosão interna, todos os dutos instalados, inclusive aqueles que o foram há vários anos, tinham sua integridade garantida, podendo operar com segurança, uma vez que os técnicos retiravam do seu interior cupons, que eram metais cuja acidez era por eles verificada periodicamente, a qual, se comprovadamente se encontrasse em um grau maior ou menor, constituía indício de processo de corrosão interna; 6) que, no que dizia respeito à erosão externa, era feito periodicamente teste hidrostático em todos os dutos, o qual avaliava suas condições de resistência; 7) que, no que concernia aos reparos, existiam modelos de avaliação de risco dessas instalações, inclusive o PIG instrumentado, que a Petrobrás, através da Transpetro, passava de dois em dois ou de três em três anos nesses dutos, o qual como que os radiografava por dentro em toda a sua extensão e, onde existisse um amassamento, uma corrosão, uma situação anormal, esse dado aparecia no mapeamento e era transportado para o computador e analisado; 8) que, no que concernia à proteção catódica, de tantos em tantos quilômetros era colocado um retificador de proteção, e, igualmente, o teste hidrostático era igualmente realizado periodicamente; 9) que, no que concernia às faixas dos dutos, diariamente ou sistematicamente os técnicos da Petrobrás que transitavam por essas faixas, ao identificar alguma irregularidade, entravam em contato com essa comunidade, conversavam com ela e, caso houvesse alguma demanda, transmitiam-na ao pessoal de manutenção; 10) que periodicamente eram feitos sobrevôos nessas áreas, de modo a se obter uma visão macro e verificar a existência ou não de algum problema que não poderia ser identificado de modo pontual; 11) que, no que concernia à geotecnia, depois de uma grande chuva sempre apareciam problemas de erosão, os quais, eventualmente, ocorriam em alguns



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pontos; 12) que, no que concernia ao telefone verde e às placas, existiam sinalizações em todas as faixas, e a Transpetro também contava com planos de contingência e de comunicação e fazia várias simulações juntamente com a Defesa Civil ao longo de todos os Municípios, de forma a poder estabelecer ações rápidas; 13) que, no que concernia às travessias, existiam várias, as quais estavam identificadas, e havia, também, uma série de ações de adequação; 14) que, recentemente, fora estabelecido Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Campinas cujo objeto eram as condições de um córrego existente em seu território. Gustavo de La Reza, representante da empresa de consultoria Habitec, esclareceu: 1) que sobre as condições antigas dos dutos, da refinaria, enfim, da atuação da Petrobrás ao longo dos anos, não tinha condições de tecer nenhum tipo de comentário; 2) que, no que dizia respeito ao RIMA, precisamente à ausência de algumas informações, se teve de optar entre elaborar um estudo que possuísse apenas setenta páginas, fosse de fácil leitura e, ao mesmo tempo, permitisse a compreensão do projeto ou apresentar todas as questões relacionadas a esse projeto de forma detalhada; 3) que, ao optar pela última possibilidade, foi necessário um esforço muito grande para elaborar este documento sobre um projeto com a magnitude do Plano Diretor de Dutos, que atravessaria uma grande quantidade de municípios e que, portanto, possuía um grande número de informações; 4) que o RIMA não continha muito mapas e isso se devia à possibilidade de torná-lo mais legível para a população; 5) que, por outro lado, o Estudo de Impacto Ambiental era formado por cinquenta e dois volumes, dos quais, quinze aproximadamente, eram constituídos integralmente por mapas; 6) que, com relação à retirada da vegetação natural, como foi dito tratava-se de uma faixa já existente de 30 metros, que, embora tenha sido licenciada toda ela, só vinte metros foram utilizadas, o que permitiria agora que fosse complementada, e que, portanto, a limpeza dos 10 metros licenciados restantes, licenciados mas não utilizados, seria feita agora, o que acarretaria a retirada de vegetação natural; 7) que, em relação à proposta de que os recursos oriundos da compensação ambiental sejam aplicados na APA de Campinas, a palavra final seria da Câmara Técnica de Compensação Ambiental da SMA; 8) que, em relação à poluição atmosférica, a implantação do Plano Diretor de Dutos não acarretará nenhuma atividade no Município de Campinas que venha a gerar algum tipo de poluição, a não ser poeira por ocasião da execução da obra, e que as atividades da refinaria não estavam contempladas pelo Plano Diretor de Dutos; 9) que esse plano não tinha como objetivo transportar gás para esta região, ou seja, para as termelétricas, e isso já foi esclarecido, e que, se se planejasse tal possibilidade, o aumento de emissões teria sido analisado; 10) que o furo direcional só se aplicava a corpos d'água específicos, com maior largura e de maior importância, e, normalmente, para corpos menores, ele não se constituía a melhor solução técnica a ser utilizada; 11) que, no Estudo de Impacto Ambiental, estava indicado que o detalhamento das faixas seria posteriormente desenvolvido e seria acompanhado pelos técnicos da Cetesb; 12) que a APA de Campinas fora contemplada pelo EIA de forma bastante detalhada, dada a sua importância para o Município; 12) que o Ribeirão Cachoeira não teve sua importância diminuída pelos estudos, pois se tratava de um remanescente muito importante, muito bem-preservedo; 13) que a interferência da faixa de dutos se daria no entorno da área protegida, em envoltória ou zona de amortecimento, e que ela era significativamente diferente se atravessasse a unidade; 14) que a reposição florestal reforçaria a vegetação da área envoltória do Ribeirão Cachoeira; 15) que, em relação à aludida superficialidade do RIMA, como já foi dito, constituiu um grande esforço reduzir-se um estudo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

constituído por cinquenta e dois volumes em um único documentos com oitenta e oito páginas, o que levou a que a abordagem de algumas questões fosse bem-sucedida e de outras, não; 16) que, no que concerne à reintegração dos habitats, ela tem o propósito de minimizar a retirada da vegetação, porque é importante que, na implantação de um programa de reposição florestal obrigatória e recuperação de área degradada, se procure recuperar aquele tipo de ambiente antes existente, e esta era uma medida de compensação que tinha uma importância muito grande; 17) que, no que concernia ao impacto aludido de geração de expectativas, ele era considerado o impacto número um do empreendimento, e se encontrava referido no RIMA – precisamente no volume que trata dos impactos ambientais –, mas ele era citado claramente como se iniciando na fase de planejamento; 18) que, em relação à educação ambiental, consta dos estudos a implantação de um programa de educação ambiental, o qual era possível de ser implementado sem se utilizar dos recursos oriundos da compensação ambiental. O **Secretário-Executivo do Consema** declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até o dia 18 de março para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei a assino a presente ata.